



Ofício 68/2020

URGENTE

Ao Excelentíssimo Senhor
Volnei José Morastoni
Prefeito do Município de Itajaí

Gabinete do Prefeito Itajaí, 20 de Fevereiro de 2020.
Prot. nº 50.690
Recebido em 20/2/20 Horário 14:25
Recebido por: Jomelka

CÓPIA

Com os cordiais cumprimentos, vimos através do presente, haja vista a Data Base dos servidores municipais de Itajaí ser o mês de maio de cada ano, conforme prevê o Estatuto dos Servidores Públicos de Itajaí, iniciar as tratativas da campanha salarial 2020.

O índice da Revisão Geral Anual é o IPCA, apurado nos meses de Maio/2019 a Abril/2020. Esta revisão está garantida no Estatuto dos Servidores, e, queremos uma **garantia** de Vossa Excelência que esse compromisso será honrado no mês de Maio.

Não obstante a Revisão Geral Anual, a categoria deliberou uma proposta de Aumento Real nos salários dos servidores, para fazer frente às perdas salariais que sofreremos com a mudança da alíquota previdenciária e também diante de que o ultimo aumento real geral foi no ano de 2014, portanto, o percentual proposto pela categoria foi de **doze por cento (12%)**.

Além das propostas salariais, os Servidores Públicos Municipais de Itajaí elencaram propostas de diversas categorias, correções de erros que vêm se arrastando há anos. Essa coleta de propostas foi feita pelos Servidores e Aprovadas em Assembleia, e também, a maior parte destas propostas, cerca de vinte e quatro (24) já estavam na pauta de 2019, porém, até o momento, não foram cumpridas.

Diante das reivindicações listadas abaixo e da proposta de ganho real do salário dos servidores de Itajaí, **Solicitamos, COM URGÊNCIA, agenda com Vossa Excelência** para que possamos iniciar o diálogo sobre a negociação salarial de 2020, bem como discutir as propostas dos Servidores de Itajaí, tendo em vista que temos nova assembleia já designada para o dia 03/03/2020.



Seguem as reivindicações solicitadas, **que não foram atendidas em 2019:**

1- **Equiparação do valor do vale alimentação com Autarquias e Poder**

Legislativo: Hoje o Poder Executivo possui 16 valores diferentes de Vale Alimentação, já a administração indireta possui cada uma um valor distinto (IPI, Porto, Semasa), e o Poder Legislativo também possui o seu valor, porém todos estes são superiores ao concedido aos servidores do Poder Executivo. Desta forma a categoria solicita equiparação do valor atribuído ao vale alimentação com as autarquias e poder legislativo, e que também não ocorra mudança no valor a ser pago ao servidor quando este tem alteração no seu vencimento base.

2- **Pagamento correto do vale alimentação aos Agentes de Trânsito:**

Ao analisar a situação laboral dos Agentes de Trânsito, nota-se uma distorção quanto ao pagamento dos valores do vale alimentação, uma vez que lhes é pago um valor referente a 30h de trabalho, sendo que, sabidamente, estes servidores desempenham suas funções por 36h/semanais.

3- **Aumento real no vencimento das carreiras por nível dentro do**

plano de carreira: A categoria pleiteia concessão de um aumento real, tendo em vista que o último aumento acima dos índices inflacionários, concedidos aos servidores, ocorreu no ano de 2015. Desta forma, os servidores pleiteiam um acréscimo nos vencimentos base dos cargos efetivos, utilizando a seguinte escala: R\$500,00 para os cargos constantes do grupo ocupacional "operacional". R\$400,00 para os cargos constantes do grupo ocupacional "funcional". R\$300,00 para os cargos constantes do grupo ocupacional "técnico". R\$200,00 para os cargos constantes do grupo ocupacional "especialista". Os servidores Celetistas que não estão inclusos no plano de cargo e salários, devem acompanhar a mesma escala, conforme a escolaridade do cargo (nível médio, técnico e superior).



- 4- **Que o Sindicato indique uma pessoa para compor a comissão de a Comissão de Procedimentos de Natureza Disciplinar da Lei 2.960/1995:** A categoria pleiteia que o Sindifoz possa indicar um membros (servidor estável) para compor a Comissão de Procedimentos de Natureza Disciplinar, conforme preconiza a Lei 2.960/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos).
- 5- **Revisão do estatuto com a participação e aprovação dos servidores:** Este tema é bem complexo, porém muito importante, tendo em vista que o estatuto é datado de 1995, e ao longo dos anos vem sendo apenas emendado. Desta forma se faz necessário uma revisão geral no estatuto, incluindo as legislações esparsas e atualizando disposições nele contidas, visando a melhor relação entre Servidores e Município.
- Obs: Proposta tinha como data para cumprimento, segundo semestre de 2019.
- 6- **Criação da Comissão Interna de Saúde do servidor, nos moldes da CIPA:** O Sindifoz sempre está atento e preocupado com a saúde do trabalhador, e a intenção da criação desta comissão visa a prevenção da saúde do servidor, bem como prevenção a acidentes de trabalho e afastamentos por saúde.
- Obs: Proposta tinha como data para cumprimento, segundo semestre de 2019.
- 7- **Que o 1/3 de férias seja pago aos servidores antes do gozo da mesma:** Como é sabido, e até a própria CLT assim dispõe, o trabalhador deve receber seu terço de férias antes do gozo da mesma, porém não é o que vem ocorrendo no município de Itajaí, em especial com os servidores da Secretaria Municipal de Educação. Estes servidores somente recebem seu terço de férias no retorno ao trabalho, diferente dos demais servidores municipais. O pleito é que se proceda



alteração na Lei 2960/1995 para que o estatuto preveja o pagamento do terço de férias no seu início.

Obs: Na prática, esta proposta foi cumprida, mas necessitamos a alteração legislativa.

- 8- **Criação do Cargo Efetivo de Secretário Escolar:** É de extrema importância que se proceda a criação deste cargo efetivo, tendo em vista que a função não se configura como (direção, chefia e assessoramento) conforme prevê a Constituição Federal para a criação de cargos de livre nomeação e exoneração. Desta forma a criação do cargo é imprescindível até mesmo para a continuidade do serviço público que não pode ficar sujeito a alterações dos mandatários, e as atribuições desempenhadas pelo Secretário Escolar são de organização da documentação das unidades escolares. Enquanto não for criado o cargo ou efetivado os aprovados no concurso, o pleito é que sejam priorizados a nomeação de servidores efetivos e com formação na área da Educação para ocupar o cargo.
- 9- **Rever os critérios da Bolsa de Estudos:** é necessário revisar os critérios para a concessão do benefício bem como igualar o percentual concedido aos servidores estatutários e celetistas
- 10- **Adicional de Incentivo Financeiro aos ACS/ACE:** Este tema já deveria estar em prática, tendo em vista a sinalização positiva da administração em novembro de 2017, porém o tema volta à pauta já se concretizou. No ano de 2018 a administração não se posicionou sobre o tema. Relembrando, em novembro de 2017, o Sindifoz encaminhou a Vossa Excelência, minuta de projeto de lei para instituir o Incentivo, e tivemos apenas a resposta em janeiro de 2018 de que não havia disponibilidade orçamentária. Desta forma, solicitamos novamente a criação do referido incentivo a estas categorias, tendo em vista que o recurso a ser utilizado para o pagamento do benefício é oriundo de repasse específico do Ministério da Saúde.



Obs: Proposta tinha como data para cumprimento, segundo semestre de 2019, porém não foi cumprida conforme foi solicitada pela categoria.

11- **Rever os critérios para concessão da Licença Prêmio:** Atualmente os servidores que dentro do quinquênio, eventualmente, se afastam em licença saúde superior a 75 dias, tem seu direito a licença prêmio suprimido, voltando a estaca zero a contagem de novo período após o retorno da licença saúde. Desta forma a categoria pleiteia que, durante o período de licença saúde, a contagem da licença prêmio seja suspensão, voltando a contagem a partir do momento do retorno da referida licença;

12- **Exigência de nível Técnico para os Educadores Sociais:** A categoria pleiteia que a escolaridade do cargo de Educador Social seja alterada do nível médio para o nível Técnico;

13- **Incorporação da Gratificação ESF:** Os servidores ocupantes de cargos pertencentes as equipes da ESF pleiteiam a incorporação da referida gratificação (ESF) junto ao seu vencimento base;

14- **Redução dos valores das diárias:** Atualmente existe uma tabela com seis níveis de diárias para os servidores, tanto para dentro do estado quanto para fora deste. A solicitação da categoria é que haja uma redução nos valores pagos a título de diária, sendo que os cargos que ocupam os grupos 1, 2, e 3, tenham seu valor equiparado aos cargos do grupo 4, ou seja, passando para 1,9 UFM;

15- **Migração dos servidores da ESF do regime Celetista para Estatutário:** tendo em vista o trabalho realizado pela comissão que analisa a forma de ingresso destes servidores, é pleito da categoria essa migração.

16- **Incorporação da gratificação concedida aos membros do magistério:** A anos a gratificação correspondente a 20% concedido a



professores, especialistas em educação, instrutores de informática, entre outros, a título de “complementação de carga horária” que foi instituída a anos atrás, e o pleito da categoria é que este valor seja incorporado ao vencimento base;

17-Priorizar que os cargos de gestão nas unidades escolares sejam

de acordo com o nível do ensino: Enquanto não avança a eleição direta para os cargos e gestão nas unidades escolares, a categoria pleiteia que ao nomear diretores/adjuntos dos Centros de Educação Infantil sejam nomeados servidores que já sejam efetivos na educação Infantil e que os diretores/adjuntos das Escolas do Ensino Fundamental, sejam efetivos no ensino fundamental;

18-Eleição Direta para os cargos de Gestão nas unidades escolares:

Pleito antigo também para que a escolha dos gestores ocorra entre os profissionais e toda a comunidade escolar, dando oportunidade a todos os candidatos, e acabando com a indicação política para o cargo.

19-Rever os critérios para a perda do vale alimentação:

Hoje os servidores que se afastam para licença para tratamento de doença em pessoa da família, superior a três dias, acabam perdendo integralmente o valor do vale alimentação e o pleito é que seja revisto estes critérios.

20-Isonomia salarial aos cargos de nível superior:

Hoje há uma disparidade muito grande nos padrões salariais dos cargos de nível superior e o pleito é que se reduza essa disparidade nos vencimentos

21-Equiparação da gratificação dos serviços de urgência e emergência (UPA) com as concedidas ao SAMU:

Hoje os servidores que desempenham suas atividades no SAMU recebem uma gratificação por esse papel,

22-Instituir gratificação “risco de vida” a defesa civil:

Tendo em vista as atividades desempenhadas pelos agentes da defesa civil não se enquadrarem nos casos da periculosidade, solicita-se a instituição desta



gratificação, tendo em vista dos riscos que estes servidores são expostos.

23-Inclusão dos cargos de Técnico de Atividades Administrativas na categoria 12 do Plano de Cargos e Salários: Os servidores pleiteiam esta mudança da categoria atualmente ocupada, para a categoria 12, onde hoje outros cargos de nível técnico já estão.

24-Instituir gratificação individual aos servidores ocupantes dos cargos em extinção: Tendo em vista os cargos em extinção (Agente de serviços gerais, artífice, operador de estacionamento rotativo entre outros) estarem em extinção, e atualmente desempenham atribuições alheias àquelas previstas no cargo, solicita-se a criação da referida gratificação.

Novas propostas deliberadas na Assembléia de 19/02/2020:

25-Manutenção da jornada de trabalho dos ACS/ACE em 6h/dia (com a manutenção da remuneração e vale-alimentação): Tendo em vista que a redução da jornada temporariamente realizada pela administração para 6 horas diárias, durante três meses, tem dado resultado bem satisfatório tanto para os servidores, quanto para a população bem como para a rotina das UBS, portanto, a categoria pleiteia a manutenção desta jornada de seis horas diárias;

26-Redução facultativa do intervalo intrajornada (Saúde): Os servidores que atuam na ESF pleiteam a possibilidade da redução do intervalo intrajornada, ficando facultado ao servidor que desejar fazer esta diminuição, possibilitando assim, flexibilizar a jornada de trabalho;

27-Criação de um plano de cargos e salários para os servidores celetistas: Pleito histórico da categoria, tendo em vista as disparidades existentes entre servidores Celetistas e Estatutários, onde este Plano contemple progressões horizontais e verticais. Cabe destacar que esta



proposta também está prevista no Plano Municipal de Saúde, aprovado na Conferência Municipal de Saúde de Itajaí;

28-Mudança de nomenclatura dos “instrutores de informática” para “professores de informática”: Pleito da categoria, tendo em vista que as rotinas diárias estão as vezes sendo desvirtuadas, pois a intenção na criação desta função foi de ter um professor no laboratório de informática e não de uma função de técnico de informática;

29-Lotação na Unidade de Ensino dos Instrutores (professores) de informática: Assim como ocorre com os demais membros do magistério, a categoria também pleiteia que possam ter sua lotação de trabalho, para que não sofram com mudanças de local de trabalho que ocorrem corriqueiramente;

30-Local adequado na Unidade Escolar para o desempenho da hora-atividade com condições para o labor dos professores: Com a implantação da hora atividade, as unidades de ensino estão com dificuldades de disponibilizar um local adequado para que os profissionais possam executar sua hora atividade;

31-Equivalência salarial dos Técnicos de Enfermagem com os demais servidores de Nível Técnico da Prefeitura: Os servidores ocupantes do cargo de Técnico de enfermagem, que para seu ingresso via concurso, necessitam ter concluído curso técnico, bem como registro no órgão de classe para o desempenho da função, estão com seu padrão de vencimento, bem inferior aos demais cargos com nomenclatura de “Técnico”, deste modo, pleiteia-se a equivalência salarial deste cargo com os demais cargos de nomenclatura “técnico”;

32-Revisão das atribuições dos Agentes de Apoio em Educação Especial e Lotação na Unidade de Ensino: Os ocupantes do cargo estão tendo dificuldades e falta de um entendimento uniforme acerca das atribuições do cargo, em especial, na execução das atividades e das exigências que estão sendo atribuídas. Deste modo, a categoria

SINDIFOZ



Base territorial, Itajaí, Navegantes, Ilhota, Luiz Alves, Penha e Balneário Piçarras.

pleiteia uma revisão nestas atribuições, bem como a devida lotação na unidade de ensino dos ocupantes do cargo, que, tendo em vista recente normativa editada, está trazendo desencontros e desconfortos para os servidores.

Outrossim, informamos, ainda, que em assembleia já foi eleita a comissão que fará o acompanhamento da negociação salarial de 2020.

Por fim, reiteramos nosso pedido de Agenda, com Vossa Excelência, para a abertura da **Mesa de Negociação**, pois é necessário e urgente estabelecer o diálogo entre Poder Executivo e Sindicato da categoria neste momento.

Atenciosamente.

Francisco Eduardo Johannsen
Presidente do SINDIFOZ